

# ***O PAPEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA<sup>1</sup>***

---

**NILSON VITAL NAVES\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça e  
Diretor-Geral da Enfam*

Ocorre-me, neste momento, a memorável manhã do ano 1987 em que ouvíamos dos membros da Assembleia Constituinte – reunida ali, sob a proteção de Deus, para instituir um Estado democrático, tal o preâmbulo da nossa Constituição –, em que ouvíamos, dizia, a ideia de criação de um tribunal ao qual competiria assegurar a unidade da jurisprudência do direito federal. Falava-se da criação do Superior Tribunal de Justiça. A mim, desde aquele momento, pareceu-me tratar-se de significativo projeto, e grande, no qual nos envolveríamos de corpo, alma e coração. Se a muitos não faltou disposição desde que conhecida a ideia, a mim, particularmente, antes mesmo de seu anúncio, não faltou. E veio o Superior Tribunal como resultado concreto da vontade comum de implementar avanços na Justiça brasileira, reordenando-se a sua estrutura, principalmente os órgãos de superposição. Operosa vontade, diria eu, e feliz ideia – com cheiro de progresso, sabor de conquista e feição de democracia!

Ocorre-me ainda – porque inevitável a lembrança – que, avizinhando-se a Assembleia Constituinte dos dias de sua instalação, duas ordens de ideias encontravam-se, nos nossos meios acadêmicos e forenses, em debate: uma, datada dos anos sessenta (é até possível dar-lhe data anterior, mas os meus guardados registram ter sido em 1960 que se falou, pela primeira vez, dessa ideia), consistente na criação de um tribunal de cassação ou de revisão, ou de revisão e cassação; a outra ideia, de data mais recente – mas que evidentemente não deixava de remontar àquela de tribunais inferiores –, relativa à criação de um tribunal

---

<sup>1</sup> Palavras proferidas na Jornada Jurídica em Homenagem ao Professor Jorge Miranda: os 20 anos da Constituição, Brasília, 3.10.08.

federal, denominado Tribunal Superior Federal, com competência para julgar recursos especiais contra acórdão de tribunais regionais federais (que também seriam criados), “em temas envolveres da Constituição Federal, de tratado ou lei federal, ou em caso de divergência de julgados, sempre nos limites da Justiça Federal e sem prejuízo da competência do Supremo Tribunal Federal”.

A segunda daquelas ideias – a de um tribunal federal – foi a que fez parte das sugestões apresentadas pelo Supremo à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, sob a presidência de Afonso Arinos, e era também a sugestão do Tribunal Federal de Recursos. Foi a idéia acolhida pela Subcomissão do Poder Judiciário; dessa forma, tornar-se-iam, se vingasse a proposta, órgãos da Justiça Federal o Tribunal Superior Federal, os Tribunais Regionais Federais e os juízes federais. Porque a criação do Tribunal Superior Federal, como foi visto linhas atrás, far-se-ia sem prejuízo da competência do Supremo Tribunal. Seriam assim admitidos quatro graus quanto aos feitos federais.

Em suas sugestões à Comissão Afonso Arinos, datadas de 1986, o Supremo desaprovava, de modo expresso, a ideia da criação de um Tribunal Superior de Justiça, bem como não aceitava a de ser transformado em Corte Constitucional. Considerou o Supremo ser injustificável sua transformação em tribunal “de competência limitada, estritamente, a temas dessa ordem, sem o tratamento das relevantes questões de direito federal”. “É importante” – dizia o Supremo – “que um Tribunal, de caráter nacional, com jurisdição em todo o País, continue exercendo competência sobre as questões federais de maior repercussão na ordem jurídica”.

Das ideias em discussão, prevaleceu, ali, a primeira delas, e o Superior Tribunal de Justiça foi criado, bem mais com função de revisão que de cassação, competindo-lhe, a teor do art. 105, III, da Constituição de 1988, julgar as causas em que a decisão recorrida contraria tratada ou

lei federal, ou nega-lhes vigência. Comparando-se, logo, os atuais arts. 102, III, e 105, III, verifica-se que os constituintes de 1987 e 1988 dividiram o velho recurso extraordinário, de forma que, por intermédio do novo recurso extraordinário, o Supremo falasse apenas sobre o direito constitucional, e o Superior, por meio do recurso especial, falasse por último (a saber, definitivamente) sobre o direito infraconstitucional. Decerto foram ainda cometidas ao Superior duas outras competências – originária, prevista no inciso I, e ordinária, prevista no inciso II, ambos do mesmo art. 105. Nessas duas, o Superior desfruta de ambos os contenciosos – constitucional e infraconstitucional –, porém, na competência do inciso III, de regra, desfruta tão-só do contencioso infraconstitucional e, excepcionalmente, do constitucional. Com o Superior, nascia, assim, observem bem, no cenário jurídico-constitucional brasileiro, o Tribunal do direito infraconstitucional.

Pois bem, é esse Tribunal – a que compete a última e definitiva palavra sobre o entendimento e a aplicação do direito federal, noutras palavras, a inteireza positiva, a validade, a autoridade das leis federais, enfim, repito, a última palavra, obviamente a respeito das normas infraconstitucionais –, como dizia, é esse Tribunal que permanentemente tem contribuído, com os outros Poderes, para o aprimoramento do texto constitucional e da legislação processual vigente.

Instalado em 1989, desde então, o Superior Tribunal tem buscado aproximar-se da sociedade e tem promovido a cidadania, cumprindo, de modo eficaz, a missão da efetiva prestação da justiça, embora, é bom que se diga, já lhe andem faltando forças diante dos processos que, diariamente, chegam-lhe às braçadas, ou melhor, por atacado. Com menos de vinte anos, querendo eu, aqui, fazer notar o contra-senso dos números, o Superior é o Tribunal de mais de um milhão de recursos especiais, tanto outro de agravos, Tribunal de mais de cem mil habeas corpus, tanto outro de mandados de segurança, cautelares... Isso lá fora é de difícil compreensão. Se tal revela o prestígio do Judiciário

– e creio que sim, ou seja, as pessoas buscando solução para os seus conflitos –, deixa-nos aos que lidamos com as coisas da Justiça sobremaneira preocupados com a rapidez das decisões. Ando dizendo que estamos sujeitos ao castigo mitológico de Sísifo. De fato, grande tem sido a tarefa, maiores, contudo, as alegrias, e razões muitas temos nós, apesar de acharmos que o Superior Tribunal ainda não está no seu verdadeiro caminho.

É inegável que nosso Poder, e aqui olho para o Judiciário como um todo, conquanto tenha longo caminho a percorrer no intuito de se livrar, de uma vez por todas, de suas deficiências, vem-se aprimorando dia a dia. Propostas é que não têm faltado! Propostas de alargamento do acesso à Justiça, nós as temos, e muitas! Só que existe algo importante a considerar: o verdadeiro sentido do acesso à Justiça não está apenas na entrada; está, sobretudo, na saída. Noutras palavras, esse acesso aponta para a efetiva tutela jurisdicional, querendo eu, com isso, dizer que de nenhuma utilidade seria se dele, isto é, desse acesso, não resultasse pronta decisão. O fato é que muitas medidas, se não concedidas com presteza, ou melhor, se concedidas tardiamente, serão, de todo, inúteis.

Inquieta-me, por isso, aliás, sempre me inquietou, a falada demora. Entendo que o estigma da ineficácia da prestação jurisdicional em virtude da morosidade nega ao Judiciário força e tenta pôr o direito, a justiça e o processo na categoria de ornamentos. Nunca consegui me calar diante dessa situação! Se falei, e tenho falado reiteradamente, é porque penso que há muito que fazer seja no aprimoramento da Constituição, seja na alteração das leis ordinárias para se reverter tal quadro. Creio que estamos diante de um veemente imperativo: o de buscar, por meio de boa interpretação da lei e significativa coragem para se desvencilhar do passado, soluções que façam correr a justiça, dando efetividade ao processo. Afinal, como bem frisou o eterno Rui Barbosa, “justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

Nesse cenário, o Superior, em trajetória histórica ainda curta, já conseguiu demonstrar o acerto de sua criação. Das salas dele já saíram inúmeras proposições para um Judiciário melhor. Entre elas, a de criação de um órgão que contribuísse para o aperfeiçoamento da magistratura brasileira, dando-lhe, neste Brasil plural, de tantas diferenças, uníssona voz. Refiro-me à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, instalada em abril do ano passado. Com ela, creio que demos, de fato, corpo e alma ao que dispunha, ainda em fase embrionária, a Emenda nº 45, de 2004. E a Escola, instituída com o intuito de regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira, veio, sem dúvida, com a missão de estabelecer parceria com todos os níveis do Judiciário nacional – e internacional também. Tem, pois, caminhado, lado a lado, com os tribunais estaduais e os regionais, buscando a excelência da prestação jurisdicional. Encontros e debates não têm faltado, vontade de propor e implementar soluções práticas e criativas que viabilizem a melhor administração da Justiça, também não. Pensando nisso, a mim me ocorre que o Superior nasceu mesmo com a natureza de pacificador: não é sua missão assegurar a uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais? E, ao propor a criação da Escola Nacional, não o fez na esperança de que a magistratura brasileira tivesse harmonioso corpo? Nesses poucos anos, mas de vida fecunda, o Superior Tribunal, em trabalho e sensibilidade, tem, pois, proporcionado à nação e ao povo notáveis lições de humanismo quando resiste ao ceticismo das anomias, às tentativas de massificação da justiça penal e às pressões de um journalisme à sensation, que instituem tribunais de exceção e convocam expedições punitivas, como se o flagelo da criminalidade pudesse ser enfrentado com maior número de leis severas e mediante a multiplicação de magistrados autoritários.

Um pouco de história, um pouco de sentimento, de razão também, tal foi o que arrisquei deixar registrado com estas palavras. O

fato é que ter acompanhado o desdobrar dos trabalhos de criação desta Corte de Justiça; ter-me deparado, nesses últimos anos, com as dificuldades do trabalho sobre-humano em nossas mãos posto; ter vivido, intensa e diariamente, o Superior Tribunal e com ele sonhado (dormindo ou acordado), é isso que me faz sentir, bem de perto, o valor desta Casa, o grande Tribunal da lei.